



REFLEXIONES - ENSAYOS

POSIÇÃO DA ENFERMAGEM NO CONTINUUM OCUPAÇÃO-PROFISSIONALIZAÇÃO E A EXPANSÃO DA ESPECIALIZAÇÃO.

POSICIÓN DE LA ENFERMERÍA EN EL CONTINUUM OCUPACIÓN-PROFESIONALIZACIÓN Y LA EXPANSIÓN DE LA ESPECIALIZACIÓN

***Andrade, L. de F. S. de, **Viana, L. de O.**

*Doutora em Enfermagem. Professora Adjunta. **Doutora em Enfermagem. Professora Titular. Escola de Enfermagem Anna Nery/UFRJ – Rio de Janeiro – Brasil.

Palavras-chave: papel do profissional de enfermagem, especialização, especialidades de enfermagem
Palabras clave: rol de la enfermera, especilización, especialidades de enfermería.

RESUMO

Refletindo sobre a prática de Enfermagem, consideramos importante analisar o processo de profissionalização situando o conceito de profissão e de ocupação, resultando daí o direito de alguém receber a designação de profissional; e a posição social da enfermagem no continuum ocupação-profissionalização, sob o ponto de vista dos chamados “sociólogos das profissões”. Os objetivos do artigo foram: conceituar ocupação, profissão, profissional e profissionalização e refletir sobre o processo de profissionalização da Enfermagem sob o ponto de vista dos “sociólogos das profissões” focalizando paralelamente a especialização. Concluímos que a Enfermagem possui um corpo de conhecimento específico em construção e que alguns quesitos do processo de profissionalização devem ser revistos, como é a questão da especialização, visto que não existe nenhuma política oficial que regule o respeito à especialidade da enfermeira quando ela vai para o campo prático, sendo muitas vezes alocadas em setores totalmente diferentes do de sua especialidade.

RESUMEN

Reflexionando sobre la práctica de Enfermería, consideramos importante analizar el proceso de profesionalización situando el concepto de profesión y de ocupación, resultando de ahí el derecho de alguien a recibir la designación de profesional; y la posición social de la enfermería en el continuum ocupación-profesionalización, desde el punto de vista de los llamados “sociólogos de las profesiones”. Los objetivos del artículo fueron: conceptualizar ocupación, profesión, profesional y profesionalización y reflexionar sobre el proceso de profesionalización de Enfermería desde el punto de vista de los “sociólogos de las profesiones” enfocando paralelamente la especialización. Concluimos que la Enfermería

posee un cuerpo de conocimiento específico en construcción y que algunas cuestiones del proceso de profesionalización deben ser revisadas, como es la cuestión de la especialización, ya que no existe ninguna política oficial que regule el respeto a la especialidad de la enfermera, siendo en la práctica, muchas veces, destinada a sectores totalmente diferentes de los de su especialidad.

INTRODUÇÃO

Nossos objetivos nesse artigo foram: conceituar ocupação, profissão, profissional e profissionalização e refletir sobre o processo de profissionalização da Enfermagem sob o ponto de vista dos “sociólogos das profissões” focalizando paralelamente a especialização.

Inicialmente, cabe mencionar que a emergência dos mercados profissionais, na fase competitiva do capitalismo, segundo Pierantoni et al¹, foi resultado de grandes transformações no sistema de mercado, particularmente depois de que se passou a oferecer produtos especializados, criando uma crescente necessidade de “profissionalismo”, no seio da sociedade industrializada. Emergiu então a exigência de montar estratégias políticas que permitissem institucionalizar o mercado profissional.

Segundo essa lógica, passou-se a defender a premência de treinamento e socialização dos trabalhadores para produzirem serviços de valor reconhecido no mercado profissional. A partir de então, a formação de especialistas começou a ser destacada. Em outras palavras, tornou-se fundamental produzir serviços e profissionais padronizados, para distinguir claramente sua identidade profissional e permitir conexão clara com os consumidores.

Como conseqüência da padronização, a educação passou a ter papel essencial neste processo, isto é, estabelecer *locus* de educação formal e criar monopólio de competência necessária para o desenvolvimento do projeto profissional. Além disso, era preciso gerar crédito social para os serviços especializados. Nessa linha de pensamento, Pierantoni et al^{1:25} afirmam que:

O conhecimento formal, sistematizado e padronizado foi ponto crucial para a obtenção desta credibilidade social. Estar ‘competentemente’ habilitado e tecnicamente capacitado passou a representar ponto vital para qualquer atividade humana que expressasse vontade de ofertar serviços como relevantes e socialmente importantes à sociedade.

As autoras citadas comentam que a escolarização formal representa a instância privilegiada para executar a função do credenciamento formal e padronizado destes profissionais que atuarão no mercado especializado, a partir de uma licença legal do Estado. A partir desses requisitos, estabeleceu-se o processo de credenciamento dos médicos, farmacêuticos, enfermeiros, técnicos, auxiliares entre outros.

OCUPAÇÃO, PROFISSÃO, PROFISSIONALIZAÇÃO E ENFERMAGEM

Sobre o conceito de profissão e de profissionais, Chitty² afirma que estes termos são usados livremente nas conversações diárias. Em períodos anteriores de nossa história, somente a Medicina, o Direito e o Sacerdócio eram aceitas como profissões. Hoje, contudo, profissional é um termo comumente usado para identificar muitos tipos de pessoas que variam de lutadores e estrelas de *rock* a professores universitários. Diante da ambigüidade

desse fenômeno, a autora questiona: são todos estes indivíduos profissionais? É claro que a resposta depende de como profissão é definida.

Do ponto de vista sociológico, Pierantoni et al^{1:25} definem profissão como “uma ocupação cujas obrigações criam e utilizam de forma sistemática o conhecimento geral acumulado na solução de problemas postulados por um cliente (individual ou coletivo)”.

Em relação ao conceito de profissional Kast et al³, apresentam dois critérios básicos: que seu serviço seja técnico, que se baseie em conhecimentos sistemáticos ou em doutrinas sistemáticas adquiridas exclusivamente através de treinamento longo e predeterminados; e segundo, que eles respeitem um conjunto fixado de normas profissionais. Neste sentido, os autores reconhecem que o profissionalismo é útil para manter os padrões dos serviços técnicos, através do desenvolvimento da perícia, da autonomia, do compromisso e da responsabilidade entre os praticantes, em áreas expressivas dos empreendimentos humanos.

Os mencionados autores identificam cinco dimensões para o profissionalismo: primeiro: é considerada profissão aquela atividade humana no qual o profissional adquire sua capacidade através de um longo processo de aprendizado. A preparação para o exercício de uma profissão precisa contar com uma base intelectual e, ao mesmo tempo, com uma experiência prática. Segundo: ao profissional é outorgada uma autoridade, cuja base é seu conhecimento superior, reconhecido pela sua clientela. Essa autoridade é altamente especializada e relaciona-se exclusivamente com a esfera profissional da competência. Terceiro: o exercício dessa autoridade recebe ampla sanção e aprovação social. Quarto: existe um código de ética a regular as relações entre os profissionais e os clientes e entre os profissionais e seus colegas. Quinto: há uma cultura profissional, que é sustentada por organizações.

Convém assinalar que essas dimensões do profissionalismo não são absolutas, no sentido de que determinado grupo técnico as satisfaça por inteiro, ou não as satisfaça de vez. É importante configurar o profissionalismo não como um conjunto único de características, mas sim em termos de uma série contínua dessas várias dimensões.

De acordo com Marinho, citado por Pereira-Neto⁴, é fundamental o papel que o domínio de um conhecimento especializado exerce na obtenção e na manutenção do status e sucesso profissional. As ocupações que possuem, em sua base cognitiva, um conhecimento paradigmático orientado, isto é, formal e definido, tido como esotérico e suscetível de aplicação prática, encontram menores dificuldade na conquista de seu monopólio de competência e conseqüentemente do território profissional exclusivo.

Para Vollmer e Mills, citado por Kast et al³, a profissionalização é o processo pelo qual, nas ocupações, determinadas características de vital importância modificam-se à medida que aquelas avançam rumo à profissão “ideal”. Eles afirmam que não tem sentido discutir se um grupo de pessoas que executa determinado serviço exerce ou não uma profissão, o importante é considerar os processos pelos quais os grupos avançam rumo à profissionalização. Sobre a evolução das novas profissões, os autores referem que fica difícil estabelecer critérios específicos e conseguir concordância com respeito às quais ocupações constituem realmente “profissões”. No entanto, há concordância geral de que numerosos grupos ocupacionais estão avançando rumo à profissionalização.

Já Kornhauser, citado por Kast et al³, aponta uma tendência predominante na sociedade moderna que é a irradiação do profissionalismo a um número cada vez maior de campos dos empreendimentos humanos.

Para Kast et al^{3:560}, a profissionalização e a especialização são fatos interligados, em nossa moderna sociedade:

A crescente especialização do trabalho e a peritagem técnica têm constituído as principais forças do movimento rumo à profissionalização. Em todas as organizações complexas tem-se visto crescer o número de pessoas técnicas altamente qualificadas e possuidoras de conhecimentos especializados.

É importante ressaltar que uma profissão, além de satisfazer aos requisitos de conhecimentos especializados, possui outros aspectos importantes, como as questões relativas ao ideal de serviço, ou seja, o mercado de trabalho e às normas de apoio à conduta profissional.

Sobre este aspecto Wilensky, citado por Kast et al³, afirma que não se mede o profissionalismo apenas pelo grau de sucesso conseguido em relação à capacidade técnica exclusiva, mas também pelo grau de adesão ao ideal de serviço e às normas de apoio à conduta profissional. Diante do exposto, de que maneira então os grupos ocupacionais avançam rumo à profissionalização?

De acordo com Kast et al³, Wilensky diz que tem havido um processo muito bem definido, com pelo menos, cinco estágios. No primeiro estágio existe a criação de um serviço de período integral, para o desempenho de um corpo definível de tarefas e aptidões. O segundo estágio caracteriza-se pela criação de uma instituição formal para o ensino. Inicialmente, esses estabelecimentos podem ficar fora das universidades, mas, à medida que a profissionalização progride, elas passam a fazer parte do sistema acadêmico. A partir de então, a universidade ajuda a estabelecer os padrões de desempenho e proporciona o mecanismo organizacional para o treinamento dos recrutas. No terceiro estágio, são formadas as associações profissionais, a instituição de um título profissional. A associação ajuda a fixar os padrões de desempenho e também a delinear os limites das tarefas profissionais.

Segundo Pereira-Neto⁴, respaldando o ponto de vista de Wilensky, as associações profissionais devem ser constituídas e estar voltadas para defender os interesses econômicos e construir uma padronização de conduta que deverá ser cumprida por todos os seus integrantes. Com isso, eles se sentirão parte de um corpo profissional portador de certa identidade. A associação profissional visa assim, separar os competentes dos incompetentes; definir responsabilidades essenciais à profissão; regular eventuais conflitos internos, não só entre praticantes, como entre estes e os atores externos.

Ainda segundo o supracitado autor, em alguns casos, a competição ajuda com ocupações vizinhas e concorrentes pode ser observada. Se este for o caso, a associação profissional representará os interesses da corporação, no sentido de garantir o monopólio do exercício daquela atividade. Elas se caracterizam por não pleitear exclusivamente melhorias nas condições de trabalho. A garantia de auto-regulação é elemento imprescindível para a conquista de prestígio, reconhecimento e poder da profissão junto a seus pares, clientes e à sociedade em geral, pré-requisito para garantia do monopólio do território para o exercício profissional.

Segundo Wilensky, citado por Kast et al³, no quarto estágio, observa-se a existência de uma persistente agitação política, no sentido de conquistar o apoio de repartições governamentais, para a criação de leis de proteção aos limites da profissão e para mudança do seu código de ética. No quinto e último estágio, há a criação de um código formal de ética, pelos grupos profissionais e o desenvolvimento de meios que visem a dar força a esse código. Os profissionais sentem uma grande necessidade de consecução e de auto-realização trazendo dentro de si um profundo interesse pelo serviço e pelo desenvolvimento do saber por si mesmo, sentem-se motivados na busca de solução de problemas que lhes são intrinsecamente importantes e tendem a orientar-se interiormente e não a serem incentivados por recompensas ou sanções exteriores.

Segundo Moloney⁵, apresentando alguns aspectos relativos à temática das profissões publicadas no século XX, é interessante registrar que Carr-Saunders, nos seus estudos pioneiros sobre profissões em 1933, categorizou-as segundo a quantidade de conhecimentos reivindicados para obter *status* profissional. Aquelas disciplinas que demandavam rigorosos e extensos estudos, apoiados nas ciências básicas e humanidades estavam classificadas como profissão. As disciplinas com menor exigência de conhecimentos, que, por isso, requeriam períodos menores de estudo eram classificadas como *near-professions* ou marginais. A definição de profissão, formulada por Cogan, em 1953, baseou-se na exigência de suporte teórico de alguma área de conhecimento específica e acompanhada de habilidades, aplicadas para o bem-estar do homem. Conforme esse ponto de vista, uma profissão acarreta a obrigação ética de prover serviço altruístico para os clientes. De acordo com Moloney⁵, para alguns sociólogos, profissão implica a noção de *status* social relativamente alto, visto que elas estão mais perto do topo do prestígio mais alto do que as chamadas ocupações.

Mas, qual a diferença entre profissão e ocupação? Para Chitty², há consenso de que a profissão difere de ocupação, pelo menos em duas maneiras: a preparação e o compromisso. A preparação profissional usualmente é feita na universidade. Trata-se de um processo prolongado que inclui instrução especializada, para garantir domínio de um corpo de conhecimentos e habilidades técnicas da profissão, além de orientação para crenças, valores e atitudes esperadas dos membros de cada profissão. Como se pode depreender, critérios de prática e considerações éticas estão também incluídos. Na profissão, os trabalhadores são autônomos, não gostam de mudar de atividade e evidenciam responsabilidade individual com os resultados do trabalho. Na ocupação, o treinamento, com extensão e tempos variáveis, pode ocorrer durante o próprio exercício da atividade. Nesse caso, a preparação não confere lugar de destaque a valores, crenças e ética. Além disso, os trabalhadores são supervisionados, mudam freqüentemente de trabalho e a responsabilidade é atribuída ao empregador.

Sobre a posição da Enfermagem no *continuun* ocupação-profissão Moloney⁵, comenta que nos Estados Unidos, procurou-se como meta de profissionalismo todo o século passado. Durante esse período, os sociólogos continuaram classificando a Enfermagem como semiprofissão, como atividade marginal, ou uma profissão emergente.

No Brasil, a situação seria diferente? Essa classificação, segundo Alves⁶, vem do período clássico da profissionalização que culminou com o artigo de Wilensky em 1964: *The professionalization of everyone?* O objeto contemplado na obra citada orienta-se para constituir uma teoria sobre diferenças entre ocupações, baseadas em condições específicas, que permitem construir graus variados de controle autônomo. A partir desse modelo, ao contrário da Medicina e Direito, a Enfermagem é definida como pré-saber, ocupação,

semiprofissão. Ao defender que qualquer profissão, para ter autoridade, terá que encontrar a sua base técnica, Wilensky (1964, apud ALVES^{6:126}, afirma:

Conhecimento profissional, como todo conhecimento, é um tanto quanto tácito, e é isto que imprime às profissões estabelecidas sua aura de mistério [...] Se uma ocupação é baseada em conhecimento ou doutrina tão geral e vago, ela não está apta a atingir a jurisdição exclusiva, necessária à autoridade profissional.

Aceitando esse pressuposto, até que ponto a Enfermagem tem progredido no sentido de adquirir e aperfeiçoar suas características profissionais? A resposta a essa questão pode ser encontrada usando um modelo dinâmico idealizado por Pavalko, que construiu um modelo ocupação-profissão, o qual foi adaptado pela Enfermeira Norte Americana Margaret Moloney^{5:19} para explicar o momento de profissionalização que a Enfermagem está vivendo e que consiste em oito dimensões, conforme mostra tabela 1.

Tab. 1 Posição da Enfermagem no modelo ocupação-profissão adaptado por Moloney.

Dimensão	Ocupação	Enfermagem	Profissão
1. Teoria	Ausente	Presente (limitada)	Presente
2. Relevância para os valores sociais	Não relevante	Relevante	Relevante
3. Período de treinamento	Curto, não especializado	Variado em extensão, alguma especialização	Longo e especializado
4. Motivação	Interesse próprio	Serviço	Serviço
5. Autonomia	Ausente	Incompleta	Completa
6. Compromisso	Curto prazo	Variáveis, relativamente curto	Em longo prazo
7. Senso de comunidade	Baixo	Mínimo	Alto
8. Código de ética	Não desenvolvido	Altamente desenvolvido	Altamente desenvolvido

Consideramos ser importante a reflexão sobre a dimensão teórica, como parâmetro para distinguir uma ocupação de uma profissão. Neste sentido, Wilensky, citado por Pereira-Neto⁴, esclarece que a base do conhecimento ou doutrina para a profissão é uma combinação do conhecimento prático e intelectual, parte do qual é explícito (livros, leituras, demonstrações), parte implícito. Os aspectos teóricos do conhecimento profissional e os elementos tácitos do conhecimento intelectual e prático tornam necessário o treinamento longo que persuade o público do mistério da tarefa.

Sobre a dimensão da autonomia, Pereira-Neto⁶ comenta que a garantia da autonomia é parte integrante do processo de conquista de hegemonia da profissão no mercado de trabalho. Garantindo sua autonomia, o profissional passa a ter autoridade e liberdade para se auto-regular e atuar em sua esfera de competência.

Já Machado⁸, assinala que a obtenção e a manutenção da autonomia, que comparada com as existentes na Idade Média, foi exacerbada nas profissões modernas em função de sua crescente especialização. Sendo, assim a especialização técnica aumenta a autonomia profissional.

Salientamos que a valorização profissional perpassa pelo profissionalismo, a qual está diretamente ligada à formação, sendo que uma das maneiras de se profissionalizar no mundo moderno vai ao encontro da necessidade de aprofundar conhecimentos através da especialização, que estaremos abordando no próximo item com maior profundidade.

O PROCESSO DE ESPECIALIZAÇÃO E A ENFERMAGEM

Mas o que significa especialização? E quem poderia ser chamado de especialista? Quais seriam as vantagens e desvantagens da especialização? A seguir estaremos refletindo sobre estes questionamentos.

Para Silva^{9:410}, a especialização: “é a divisão do trabalho ou de áreas territoriais de uma comunidade ou sociedade em determinado número de funções especializadas e inter-relacionadas”.

Pierantoni et al^{1:27}, definem especialista:

Como um homem que conhece tanto que só pode comunicar uma pequena fração do seu conhecimento. Os clientes vêem um mistério nas tarefas a serem desempenhadas, mistério este que não é dado ao leigo conhecer, visto que o conhecimento tácito é relativamente inacessível. Reter o conhecimento, torná-lo específico e suficientemente misterioso é o eixo central que move o profissionalismo.

A respeito das vantagens da especialização Silva^{9:410} afirma:

As vantagens da especialização são evidentes. Ao se reduzir o campo de atividades de um indivíduo, pode-se aumentar seu preparo, sua competência e sua eficiência nesse campo; mas, sobretudo, aumentam as possibilidades de integrar sua atividade num conjunto racionalizado e estritamente controlado.

Todavia o mesmo autor admite como um dos malefícios “a fragmentação que a especialização supõe pode conduzir à alienação do homem no trabalho”.

Conforme Japiassu^{10:195}, a importância dos especialistas no sentido de progresso e não da alienação e isolamento é abordada da seguinte forma:

As culturas mais especializadas são as que mais se abrem à substituição. São os especialistas os mais sensíveis aos fracassos e os que revelam maior preocupação com as retificações que se façam necessárias. Sua cultura é sempre uma história de constantes reformulações. É nesse sentido que os especialistas nos ensinam o progresso mostrando-nos, ao mesmo tempo, as exigências de coordenação e de integração dos saberes especializados.

Para o citado autor, a especialização, sob seu aspecto negativo denunciada como uma mutilação do pensamento deve ser deplorada; no entanto, acreditamos como o autor

que a especialização deva caminhar em direção a condições de trabalho “nos quais o fenômeno ‘especialização’ não deva mais significar isolamento”.

Assim, é possível usar a especialização como forma de crescimento e desenvolvimento. A realidade nos mostra uma complexidade crescente presente na nossa civilização atual, na explosão de conhecimentos e novas tecnologias, não sendo mais possível a uma só disciplina abarcar todo o conhecimento acumulado. Apoiadas nesse pressuposto entendemos não ser mais possível que a Enfermeira queira saber e entender de tudo e de todas as especialidades.

Para Othero et al¹¹, o mundo moderno imprimiu tal velocidade de mudanças em nossas vidas que fica difícil acompanhá-las, conhecê-las e até mesmo estar a par das mais recentes. Segundo esses autores, a realidade não é diferente na Medicina, e acrescentamos não ser também diferente na Enfermagem. Entendemos que a Enfermagem precisa reconstruir seu modelo, a partir de uma base flexível, que possa suportar o peso dos anos e das mudanças que o futuro certamente trará.

Para Pierantoni et al¹, a mudança na base cognitiva é necessária para prevenir a rotina excessiva e assim a relativa inacessibilidade da perícia. Ao mesmo tempo, essa transformação não deve ser tão rápida, nem tão fragmentária que impeça a possibilidade de reunir os especialistas num único corpo de conhecimento. Além disso, para ela ser legitimada deve ser percebida como progresso.

De acordo com Khun, citado por Pierantoni et al¹, a percepção das mudanças tecnológicas como progresso implica a necessidade de tratar a atividade cognitiva como ciência; portanto as comunidades científicas são caracterizadas por seqüências de entendimentos tácitos, compartilhados que são chamados paradigmas. Um paradigma não é um sistema abstrato de regras explícitas; mas trata-se de prática acessível ao longo de um processo de socialização. A nossa reflexão então é: ao analisarmos esse aspecto importante para a caracterização de uma profissão, onde se localiza a Enfermagem?

Com relação à especialização, as enfermeiras brasileiras vêm se debruçando sobre o assunto nos últimos anos. O Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) elaborou a Resolução COFEN nº 100¹² no ano de 1988, que baixou normas sobre a qualificação da enfermeira especialista e reafirma a importância da especialização para a Enfermagem nos seguintes termos: “considerando que a dedicação, com especial cuidado técnico-científico a um ramo da Enfermagem conduz a maior eficiência do trabalho profissional e eficácia de seus resultados.

Em 1994, o COFEN lança a Resolução COFEN nº 173¹³, onde são baixadas normas para o registro de enfermeiro especialista, nesta Resolução 8 (oito) especialidades são contempladas. Nesta época observa-se que são poucos os ramos que o COFEN reconhece como especialidades da Enfermagem. No ano de 2001, o COFEN lança a Resolução COFEN nº 260¹⁴ onde fixa em 37 (trinta e sete) as especialidades de Enfermagem. Em 2004 revoga a Resolução 260 e lança a Resolução COFEN nº 290¹⁵, onde fixa 42 (quarenta e duas) especialidades de enfermagem de competência do Enfermeiro.

Evidencia-se uma crescente especialização na Enfermagem. O título de especialista se dá através de cursos *Lato Sensu* e titulação através de provas oferecidas pelas Sociedades de Especialistas. O questionamento que agora fazemos é: até onde está sendo respeitado na prática o reconhecimento deste título, visto que temos observado que as enfermeiras ainda são lotadas em setores diferentes do de sua especialidade. Será que

sendo respeitadas as escolhas das enfermeiras em suas especialidades quando admitidas nas instituições de saúde, não teríamos uma melhora na qualidade da assistência de enfermagem e uma satisfação maior com a profissão? Pensamos que seja importante criar políticas de admissão de recursos humanos em Enfermagem que regulem essa importante questão nos estabelecimentos de saúde.

Depois destas reflexões sobre o que seja uma profissão e um profissional, destacamos que não bastam as leis, resoluções, ou a existência de universidades onde é desenvolvido o processo formal de qualificação, é preciso que as enfermeiras assumam a atitude e incorporem os valores de um profissional autônomo no dia-a-dia de sua vida profissional.

Não comentamos isso por acaso; observamos, por exemplo, que quase não se encontram consultórios de Enfermagem, mas temos visto outras profissões jovens crescerem num ritmo mais rápido, como é o caso da Fisioterapia, Fonoaudiologia e Nutrição. Moloney⁵ sugere meditação sobre o porquê de a Enfermagem ainda não ter obtido status profissional completo, tendo um corpo de conhecimentos reconhecido e um monopólio sobre seus serviços por mais de um século. A observação da autora é importante; precisamos refletir sobre o problema.

O status e o respeito social que tanto almejamos possuem ligação direta com a perícia, a autonomia, o compromisso e a responsabilidade. Kornhauser, citado por Kast et al³, comenta esses quatro pilares que caracterizam o profissionalismo. A perícia profissional baseia-se na crença de que o desempenho de uma função de vital importância na sociedade requer conhecimentos e habilidades especializados, que precisam ser conquistadas através de uma instrução e de uma experiência prolongadas.

Para o citado autor, a autonomia profissional baseia-se na crença de que as pessoas que praticam a profissão são as mais capazes para determinar a maneira como a função deve ser preenchida, e que cada uma dessas pessoas deve-se dar a liberdade de exercer seu próprio julgamento, em cada caso. O compromisso profissional baseia-se na crença de que o desenvolvimento e o exercício da perícia valem a devoção de uma vida inteira e de que apresentam suas próprias recompensas. A responsabilidade profissional baseia-se na crença de que o poder conferido pela perícia impõe uma responsabilidade fiduciária com a sociedade.

Salientamos a necessidade de que esses quatro pilares estejam presentes na atitude profissional da enfermeira, no seu dia-a-dia, em interação com a clientela. Sobre este aspecto Othero et al^{11:4-5}, ressaltam que a riqueza e a complexidade da realidade, às vezes ofuscam os nossos objetivos primordiais e que é preciso lembrar que “o centro continua a ser o paciente. A sociedade. A demanda real das necessidades da comunidade”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluindo, o que vemos na prática, é que a Enfermagem possui um corpo de conhecimento específico; no entanto a produção científica ainda tem limitações no sentido de tornar-se visível socialmente. Nesse aspecto, temos grande responsabilidade individual e também de institucional, como é o caso da Universidade. As entidades de classe como a Associação Brasileira de Enfermagem e a Federação Nacional dos Enfermeiros e o Conselho Federal de Enfermagem também precisam estar atentas aos aspectos evolutivos da profissão de Enfermagem. Consideramos que existe um grande mercado de trabalho ainda não explorado o suficientemente pelas enfermeiras. Sob o ponto de vista dos teóricos

das profissões, vemos que alguns quesitos do processo de profissionalização devem ser revistos com atenção pelas profissionais, como é o caso da especialização, questão ainda polêmica e de fundamental importância para a sociedade atual, mas não resolvida. Concordamos com Moloney (1992), quando afirma que a autonomia da Enfermagem ainda é incompleta e nós precisamos continuar focando nossos esforços no desenvolvimento do nosso processo de profissionalização para podermos alcançarmos o status e a remuneração que almejamos e merecemos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Pierantoni, C. H., Machado, M.H. Profissões de saúde: a formação em questão. Cadernos RH de Saúde 1993 nov; 7(3): 24-25.
2. Chitty, K.K. Professional nursing: concepts and challenges. Philadelphia: W. B. Saunders, 1993.
3. Kast, R, Rozenweig, F. Organização e administração; um enfoque sistêmico. São Paulo: SPAN, 1982. V.2
4. Pereira-Neto, A.F. Tornar-se cientista: o ponto de vista de Bruno Latour. Cadernos de Saúde Pública 1997 jan/mar; 13(1): 109-118.
5. Moloney, M.M. Professionalization of nursing current issues and trends. 2nd. Philadelphia: J.B. Lippincott Company, 1992.
6. Alves, D. B. Trabalho, educação e conhecimento na enfermagem: uma contribuição aos estudos sobre a força de trabalho feminina. Salvador: [s.n.], 1997.
7. Pereira-Neto, A. F. A profissão médica em questão (1922): dimensão histórica e sociológica. Cadernos de Saúde Pública 1995 out/dez; 11(4): 600-615.
8. Machado, M. H. et al. Especialidades médicas no Brasil. Dados-Radis 1995 dez; 17: 17
9. Silva, B. Dicionário de ciências sociais. 2ed^a. Rio de Janeiro: FGV, 1987. Especialização; p. 410.
10. Japiassu, H. Interdisciplinaridade e patologia do saber. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
11. Othero, J.B. et al. Especialidade médica - conceitos, relações e perspectivas: a visão do médico. Atualidades AMIB 1997 jul/ago/set; 8:4-5.
12. Conselho Federal de Enfermagem. Resolução COFEN nº 100/88.
13. Conselho Federal de Enfermagem. Resolução COFEN nº 173/94.
14. Conselho Federal de Enfermagem. Resolução COFEN nº 260/2001.
15. Conselho Federal de Enfermagem. Resolução COFEN nº 290/2004.

ISSN 1695-6141

© [COPYRIGHT](#) Servicio de Publicaciones - Universidad de Murcia